

# PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

## INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL — RECLAMAÇÃO - RESSARCIMENTO - VEÍCULO - COMPRA E VENDA - PAGAMENTO PRÉ-DATADO - COMUNICAÇÃO FALSA DE CRIME - PERDAS E DANOS - DANO MORAL - DANO MATERIAL

### EMENTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ PRESIDENTE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE .....  
....., brasileiro, casado, representante comercial, RG nº ....., CPF nº ....., residente e domiciliado na Rua ....., por sua procuradora e advogada que a esta subscreve, com escritório na Rua ....., sala ....., Centro Comercial ....., Bairro....., vem à presença de Vossa Excelência propor a presente RECLAMAÇÃO em face de ....., brasileiro, balconista, RG nº ....., residente e domiciliado na Rua ....., nesta cidade; tendo em vista os substratos fáticos e jurídicos a seguir aduzidos: I - DOS FATOS O Reclamante pelas exigências do trabalho necessitava adquirir um veículo automotor para cumprir as visitas aos clientes da empresa em que trabalha como instalador de antenas da empresa ....., em virtude de seu veículo estar em oficina para conserto, para tanto celebrou contrato verbal de compra e venda de veículo, de propriedade do Reclamado, em data de ..... de ..... de....., onde foi estipulado o pagamento no valor de R\$ ....., pagos em cheque, (doc. 02), a ser descontado quinze dias após a entrega do bem, sendo entregue de imediato o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, (doc. 03), permanecendo com o Reclamado o documento de transferência. No ato da entrega do automóvel, não foi possível ao Reclamante constatar defeitos superficiais, muito menos os de ordem mecânica, que somente com o uso poderiam ser averiguados. Tendo sido, ainda, informado pelo Reclamado que não haveria problemas de nenhuma ordem no veículo e que este estava em bom estado, o Reclamante por conhecê-lo há mais de três anos, decidiu realizar o negócio que lhe fora apresentado como confiável. Porém, após a aquisição do automóvel, o Reclamante constatou diversos problemas, tanto de ordem mecânica quanto externos. Tendo em vista os problemas apresentados, o Reclamante viu-se obrigado a efetuar despesas para que o veículo pudesse transitar dentro dos padrões de segurança exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro. Posteriormente à realização do negócio, o Reclamante solicitou ao Reclamado uma prorrogação de prazo, para que fosse efetuado o depósito do cheque, em virtude dos gastos ocorridos com oficinas mecânicas, que totalizaram a importância de R\$ ....., conforme notas de compra e serviço em anexo. (doc. 04 a 11) Ocorre que em data de dezessete de novembro, recebeu em sua residência uma intimação do 1º Distrito Policial, para que se apresentasse àquela Delegacia de Polícia para prestar esclarecimentos sobre notícia crime existente. Ao comparecer no Distrito Policial, o Reclamante tomou ciência de que havia uma denúncia contra sua pessoa por apropriação indébita do veículo que comprou, sendo parte autora o Reclamado, o qual apresentou o documento de propriedade do veículo, diverso do documento que o Reclamante tem em seu poder, inclusive com o xerox autenticado do certificado de Registro, uma vez que o original seria entregue quando do pagamento efetivo, alegando que o cheque estaria sem previsão de fundos, mesmo não havendo qualquer sinal de que o referido cheque tenha sido apresentado e recusado pelo Banco responsável. (doc. 12) O Reclamante, diante da situação imposta, devolveu as chaves, bem como o veículo, uma vez que se sentiu ofendido e constrangido pelos atos vexatórios tomados pelo Reclamado, que se socorreu de forma ludibriosa do Poder de Polícia, para lhe tomar o bem com as melhorias feitas, além de recusar prontamente a lhe ressarcir os gastos anteriormente citados, limitando-se apenas a lhe devolver o cheque dado em pagamento pelo Reclamante. II - DO PEDIDO Pleiteia o Reclamante, na presente, em face do Reclamado, o recebimento da importância de R\$ ....., pelo ressarcimento das despesas decorrentes dos concertos necessários realizados

no veículo. Pleiteia ainda, além da Indenização por danos materiais supramencionados, indenização decorrente do Lucro Cessante, pela perda de ganho diário de R\$ ....., pelo período de trinta e nove dias em que ficou sem trabalhar, perfazendo um total de R\$ ....., destarte o Reclamante ter adquirido o veículo do Reclamado somente porque seu outro veículo encontrava-se em oficina mecânica para conserto. Indenização por danos morais, no valor de R\$ ....., ante a situação vexatória pública imposta ao Reclamante, pela falsa comunicação de crime existente, por dolo do Reclamado, que trouxe constrangimento ao Reclamante perante seus familiares e clientes. ISTO POSTO, requer: Seja recebida a presen